

4.

As Primeiras-Damas da República: Formação de modelos de primeiro damismo

Segundo Iraildes, não se ouve falar de nenhum trabalho exercido ou desenvolvido por alguma primeira-dama no Brasil, do período do Império (1822-1889) até a República Velha (1889-1930)¹. O papel social das esposas dos mandatários brasileiros ressurgiu no Governo de Getúlio Vargas, coincidindo com papel semelhante exercido na Argentina por Eva Perón.

Cabe assinalar que, durante o regime ditatorial, as mulheres dos presidentes militares não assumiram posições de destaque. Assumiram a presidência de honra da LBA e desenvolveram ações assistenciais. As relações sociais se caracterizaram pelo favor e clientelismo que oferecia espaço para as práticas assistencialistas.

Nesse contexto histórico a ausência de visibilidade poderia ser explicada pela forma com que o país foi conduzido e a sociedade mantida sob o medo e a opressão. Acrescenta-se a isso o forte autoritarismo do militarismo em que as mulheres tendiam a ser submissas e obedientes aos seus esposos.

4.1.

A construção dos Estados Nacionais latino-americanos e as primeiras-damas — Darcy Vargas e Eva Perón.

Para muitos estudiosos, é fato que a década de 30 constituiu um divisor de águas em alguns países. A crise do capitalismo, de 1929, atingiu dimensões econômicas, políticas e ideológicas e apesar de ter seu início na economia norte-americana, seus efeitos de recessão econômica se alastraram mundialmente. Cada país do continente latino-americano lidou, de maneira diferente, com a crise. Assim, considerando-se os dois maiores países do continente sul-americano, o

¹ Na Primeira República no Brasil as primeiras-damas limitavam-se ao afazeres domésticos.

Brasil e a Argentina, estes enfrentaram desafios e pressões semelhantes e tal fenômeno se refletiu na consolidação de seus respectivos Estados Nacionais.

Tanto o Brasil quanto a Argentina sofreram golpes militares com intervenção do Exército e queda dos seus presidentes na década de 30. Entretanto, se no primeiro, o golpe representou uma ruptura com a oligarquia agrária e sua política de “café-com-leite” (que significava um revezamento de poderes dos candidatos à Presidência da República, indicados pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais), já no segundo, a Argentina o golpe pelos militares com ideais conservadores representava um retorno aos áureos tempos de crescimento econômico agrário no país.

Ao longo desta década, o clima político nestes dois países foi conflituoso, atingindo não só os partidos políticos e o Exército, mas também, os grupos de esquerda e de jovens.

Havia nos dois países setores das Forças Armadas que questionavam a hierarquia militar e perseguiam propósitos autoritários, com a cooptação de grupos civis afins e a organização de grupos paramilitares. (...) Também a Igreja Católica ganhou espaço nessa década, em ambos os países. (Fausto & Devoto, 2004, p.246).

No aspecto ideológico, a Argentina manteve uma esquerda atuante, enquanto no Brasil, esta praticamente não existia. No entanto, a força operária, que nos dois países crescia, foi mais operante e ativa em terras brasileiras (movimentos dos portuários, ferroviários); porém praticamente desapareceu com a instauração do Estado Novo. Se no Brasil o movimento grevista e os sindicatos foram extintos, na Argentina aconteceu um fortalecimento das organizações sindicais.

No Brasil, o Estado se posicionava diante da sociedade e inseria-se nesta relação por ser necessária à expansão e a acumulação do capital. E com objetivo de manter boas relações com os trabalhadores, apesar das repressões, Vargas anunciou a criação do Ministério do Trabalho e a denominada legislação social na área trabalhista, com a implementação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT- criada em 1943), como a lei maior de proteção ao trabalho.

Além dos benefícios previdenciários, foi sendo implantada na época a cobertura de riscos ligados ao trabalho, sendo que o governo também assumia a

questão habitacional, quando os Institutos de Aposentadorias e Pensões passaram a possibilitar empréstimos aos trabalhadores.

Para o período de 1934 a 37 Vargas foi eleito pelo Congresso Nacional e, em 1937, em um golpe de Estado, com a alegação da ameaça comunista, Getúlio Vargas, apoiado pelos militares (não só o Exército), instaurou o “Estado Novo” e estabeleceu um regime sob bases ditatoriais.

Nesta fase do seu governo, Vargas agiu de forma autoritária, principalmente frente aos sindicatos que ficaram com os seus espaços limitados. Ele extinguiu os partidos políticos e fechou o Congresso Nacional. Além disso, promovia manifestações patriotas, cívicas e nacionalistas — características do seu governo.

Durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, o projeto social sustentado teve um cunho autoritário, voltado para o processo de modernização do país, mas com mecanismos de restrição ou suspensão dos direitos garantidos pela Constituição de 1934. Os direitos sociais voltados para o trabalho tiveram um maior destaque, porém com uma intervenção mais autoritária do Estado.

É importante destacar que, no cenário brasileiro até 1930, o Estado não concebia a pobreza como expressão da questão social, e sim, como “caso de polícia”, agindo de forma repressora, como se pudesse reprimir ou acabar com uma situação que era colocada como consequência da relação capital-trabalho. Um novo momento político estava sendo delineado com a formação do Estado Nacional através do Estado Novo², quando o governo assume algumas responsabilidades, que antes estavam nas mãos do sistema privado.

Nesse sentido, o governo Vargas investiu na formulação de legislações que foram delineando uma política baseada na proposta de um Estado social autoritário que buscava sua legitimação em medidas de cunho regulatório e assistencialista. Essas características apontam a conformação inicial de um sistema de proteção social de tipo conservador ou meritocrático-particularista, com fortes marcas corporativistas e clientelistas na consagração de privilégios e na concessão de benefícios. (Couto, 2004, p.96).

² Após o golpe, Vargas decretou uma nova Constituição (a última foi em 1934), que ficou conhecida como Polaca, por inspirar-se na da Polônia. Com forte tom autoritário (elaborada por Francisco Campos) não houve participação do Poder Legislativo, uma vez que todo o Congresso Nacional se encontrava fechado.

O movimento das classes trabalhadoras ganhou espaço à medida que a relação capital-trabalho se tornou presente na sociedade capitalista. Houve um crescimento significativo de organizações e lutas operárias, que trouxeram para a cena política e econômica as reivindicações da classe operária. A questão social deixa de ser “caso de polícia” para ser reconhecida pelo Estado como uma questão política, passando a intervir de forma mais explícita nas relações capital-trabalho.

Entretanto, a legislação social beneficiava somente aqueles trabalhadores com vínculo empregatício, os quais através dela detinham o direito ao salário mínimo, carteira de trabalho, jornada de trabalho de 8 horas, salário maternidade, férias remuneradas, licença por motivo de doença, dentre outros benefícios.

Quanto à assistência aos trabalhadores informais excluídos do mercado de trabalho e aos pobres, ficaram por conta da primeira-dama Darcy Vargas que cuidava destes setores com as instituições de caridade e a LBA.

Na Argentina não foi diferente Eva Perón cuidava dos pobres que denominava de *descamisados*, através do assistencialismo.

Em contraponto, esta legislação foi alardeada pelos setores do governo como uma dádiva do presidente, que teve a sua imagem traduzida em o “Pai dos Pobres”, calando os trabalhadores e todo o movimento de luta por direitos.

Desta forma o sentimento nacionalista, na sociedade brasileira, foi desencadeado por Vargas, promovendo passeatas e outros eventos e a criação de um programa de rádio — a Hora do Brasil. Este, obrigatório em todas as estações de rádio. O movimento getulista, em um Estado caracteristicamente paternalista, fomentou o nascimento do populismo.

Para estudiosos, o termo populismo vem sendo utilizado, tanto no Brasil como na América Latina, para designar a liderança política que se dirige diretamente à população sem a mediação de entidades representativas como sindicatos e/ou partidos.

O populismo³ é uma forma de governar que se traduz em angariar a simpatia e o apoio da população, estabelecendo laços entre o líder e o povo, promovendo sua imagem com uma linguagem clara, a que “todos podem ter acesso”. A principal ideia do populismo é fazer com que a massa fique do lado do

³ Que também existiu no México, Equador, Colômbia e Peru.

governo sem que leve em conta os mecanismos da democracia e representatividade, esvaziando a mobilização política e descaracterizando a função histórica dos sindicatos e partidos políticos. Segundo Yamamoto, (1982, p.247)

(...) sua abrangência permitirá uma atuação ampliada sobre as sequelas da exploração capitalista, mantendo intocadas as condições em que ela se realiza (...). As condições de vida da população pouco serão alteradas.

Após 1943, Vargas acentuou o cunho populista, através dos discursos com apelo aos trabalhadores do Brasil, a sua imagem como o “pai dos pobres”, a sua referência ao trabalho como fonte de dignidade, além de um direcionamento nacionalista.

Na Argentina, Juan Domingo Perón, então coronel e Ministro da Guerra, ganhou mais espaço no governo e foi indicado para ficar também à frente da nova Secretaria de Trabalho e Previdência, com claras intenções de aproximar-se do meio trabalhista. E assim cooptar os trabalhadores e sindicatos. Decretando vários benefícios trabalhistas e sociais (13º salário, férias, aumento salarial), demonstrou, tal qual no Brasil, uma política de conciliação de classes.

Tanto Vargas como Perón promoveram medidas voltadas para o consumo (como tabelamento de produtos e de aluguéis), sem antes deixarem de alardear para todo o país, através do rádio, os seus atos. Foram homens fortes e conquistaram poder pelo carisma. Tornaram-se líderes das massas, cada um dentro da sua particularidade.

Algumas semelhanças entre os dois governos sugerem algumas comparações, que segundo Glik (2006, p.04) seriam:

(...) os mesmos inimigos (as oligarquias de cada país), as mesmas ameaças (comunismo), uma base política estabelecida por um pacto social entre a burguesia detentora dos meios de produção e o proletariado, dono da força produtiva, nacionalismo, estatização e leis trabalhistas.

Getúlio Vargas manteve uma boa relação com os intelectuais brasileiros, tanto que alguns foram convidados a participar do seu projeto de construção do Estado Nacional. Por entender que a política e a sociedade não

existiriam sem a cooperação das classes pensantes.⁴. No entanto, o peronismo, na Argentina, era rechaçado por alguns dos seus opositores como, por exemplo, o grupo de intelectuais que “*veían en el peronismo una resurrección obscena de la barbárie.*” (Martinez *apud* Glik, 2006, p.7). Perón os dispensa da formulação do seu governo e foram poucos os que lhe apoiaram.

Outra característica comum a Vargas e a Perón foi a presença de duas figuras femininas — Darcy Vargas e Eva Perón — no respectivo contexto políticoeconômico e social. Nos dois países, apesar da responsabilidade de apoiarem seus maridos, essas mulheres foram conquistando espaço. Embora cada uma com história de vida, origem e discurso diferentes, permaneceram na história de seus países. Elas mobilizaram e conquistaram uma legião de pessoas empobrecidas, com as suas ações assistenciais.

Primeiramente nos remetemos ao papel social de Eva Perón, uma das principais figuras do governo peronista na Argentina de 1946, quando se tornou a primeira-dama do país.

O seu nome de batismo era Maria Eva Duarte. De família pobre e filha ilegítima, sofreu preconceitos por conta de sua origem. Residiu nos pampas argentinos e decidiu aos 15 anos ir para Buenos Aires para “tentar ser famosa”. Com poucos recursos e quase sem instrução, passou por diversas dificuldades até conseguir o papel principal de atriz de rádio e do teatro mais famoso da época. Aos 24 anos conheceu Juan Domingo Perón, com 48 anos, então Ministro do Trabalho; e após romance, casaram-se.

Na campanha eleitoral para presidente, Evita, como o povo a chamava, esteve ao lado do marido e a sua presença foi marcante para a vitória de Perón. No papel da primeira-dama, ela esteve à frente tanto no aspecto político quanto social.

Era uma mulher de forte determinação, que exerceu certa sedução. Apesar de ter conquistado o carisma e a simpatia da população pobre, ela era frequentemente atacada pelos opositores do seu esposo que transferiam para ela a antipatia que sentiam pelo presidente.

⁴ Como exemplo, Gustavo Capanema foi o Ministro da Educação do governo Vargas e fundou a USP (1934), o Museu Nacional de Belas Artes, o Museu Imperial, o da Inconfidência, o serviço de Radiodifusão Educativa, o Instituto do Livro e o Instituto de Cinema Educativo, além da reforma da Biblioteca Nacional, a Casa de Rui Barbosa e o Museu Histórico Nacional.

As damas da sociedade, as oligarquias e a intelectualidade argentina tiveram muita relutância em aceitar uma mulher “cuja história era duvidosa” e logo se uniram em movimento de repúdio a ela.

No entanto Evita não descansava; trabalhava inaugurando fábricas, improvisava discursos, com o intuito de transmitir uma nova imagem da Argentina. Propôs ao marido que algo fosse feito para a população pobre, demonstrando sua preocupação social e política. “*Debemos hacer obras de gobierno para que los descamisados sepan que El poder es de ellos*”. (Balmaceda, 2003, p.174). Concordou Perón, contanto que a esposa se ocupasse com os descamisados e ele, com o poder. “*Bueno, Evita, me parece bien. Vos ocupate de los descamisados. Del poder y los oligarcas me ocupo yo.*” (idi,ibid)

Evita, após Juan Perón assumir a presidência, colocou em prática suas ideias e iniciou o trabalho social junto àqueles que ela denominava de *descamisados*; criando identificação com eles. Atendia a todos em seu gabinete e os ajudava materialmente, conquistando-os gradativamente. Distribuiu alimentos, roupas e construiu hospitais, escolas, asilos para idosos; distribuiu máquinas de costura. Fundou a instituição assistencial que levava o seu nome — Fundação Eva Perón, com o apoio de empresários e dos trabalhadores. A vida pública lhe garantia o poder. Para alguns era demagoga, mas para muitos era considerada “uma santa”. Assim conquistou as classes pauperizadas na sua trajetória assistencialista. Tornou-se poderosa e angariou a simpatia daqueles que dela necessitavam. Era considerada a “*Hada madrina de los pobres y marginados, La Primera Samaritana Argentina.*” (BalmacedA, 2003, p.80).

O seu discurso foi pautado na preocupação em ajudar a todos que dela precisassem, estando pronta para atendê-los através da Fundação Evita Perón, com o objetivo de “proporcionar uma vida digna às classes sociais menos favorecidas”. Segundo opositores, utilizava, indiscriminadamente, os recursos públicos e privados. Além disso, Evita empregou alguns dos seus familiares na instituição. Balmaceda assinala que o historiador Dante Gaggero dedicou um artigo na Revista El Nacional, em 19/02/64, à Fundação Eva Perón, cujo título foi “Demagogia Social y Gasto Público” (2003, p.76).

La esposa del Presidente argentino utilizaba de manera ilegítima los recursos del presupuesto público, ya que ni la Fundación Eva Perón, y mucho menos ella, estaban sujetos a controles legales de ninguna naturaleza.

A Fundação Eva Perón ajudou os *descamisados*, fundamentalmente, através da distribuição de roupas, alimentos, remédios, dinheiro, etc. Fundada em 1948, possuía características mais ou menos semelhantes às da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Brasil, fundada em 1942. Ambas de governos populistas, estas instituições de cunho assistencialista privado foram mantidas com verbas e ações públicas.

Eva Perón organizo planes de ayuda solidaria desde el primer momento em que su esposo se convirtió em Presidente de la Argentina. Esa actividad se conocia como Cruzada de Ayuda Social Maria Eva Duarte de Perón. Distribuía susídios, donaba viviendas, regalaba ropa y alimentos. (...) La própria Evita se ocupaba diariamente de atender y resolver personalmente los pedidos de miles de hombres y mujeres que iban a verla en las oficinas de La Fundación. ((Balmaceda, 2003, p. 125)⁵.

O presidente Juan Perón implantou o “peronismo” no país e seu discurso populista foi reforçado pela figura carismática da primeira-dama argentina e pelas ações assistenciais que caracterizavam o Estado como populista e paternalista.

Era uma forma de controle social, visto que seu governo transitava entre uma política autoritária e os benefícios oferecidos aos trabalhadores através do assistencialismo e benesses⁶. Neste contexto o papel da primeira-dama argentina foi importante na artimanha política.

As mulheres da sociedade, a oligarquia e a intelectualidade uniram-se em repúdio a Evita, que cada vez mais ajudava os pobres (inaugurou fábricas, estradas, creches, visitou hospitais, viajou e conheceu várias cidades), com o objetivo de projetar uma nova imagem de si mesma e do país, no interior da Argentina e na Europa.

⁵ O livro “El Evangelho de Evita” é o resultado de relatos de Evita Perón, em Mar Del Plata, onde se refugiou após a renúncia da candidatura a Vice-Presidência da Nação, em 1951, por determinação de seu esposo, Perón, que percebeu a dimensão do poder da primeira dama junto ao povo argentino.

⁶ Evita ficou conhecida por “Benfeitora dos Humildes”, “Dama da Esperança”, “Madre de Todos”, “Mártir do trabalho”, “Santa Evita”.

Para Balmaceda (2003, p.178), Evita rompeu as regras rígidas impostas às primeiras-damas da nação até aquele momento. Antes elas não participavam da política e pouco apareciam em atos oficiais. Evita participava de reuniões políticas, aparecia em gabinetes de ministros para exigir apoio, visitava o Congresso Nacional e se reunia com os legisladores para solicitar favores políticos. Fazia discursos em encontros e almoços importantes e sempre esteve ao lado de Juan Perón. Trabalhou intensamente para garantir o voto às mulheres e em contrapartida, aumentar o número de eleitores conquistados. Numa visão estratégica, fundou o Partido Peronista Feminino, na intenção de firmar uma base de sustentação política para o esposo.

Ela saiu de uma história real para viver uma fantasia que se tornou realidade. Virou o centro das atenções. Preocupava-se com o povo que, como ela, era rejeitado. Representou vários papéis. (...) *Os filhos ilegítimos comoviam Evita até as lágrimas, pois havia sofrido sua própria ilegitimidade como um martírio.*” (Balmaceda, 2003, p.180). E teve pressa em colocar em prática as suas ações. *“Calmar la sed y el hambre de mi pueblo.”* (Balmaceda, 2003, p.188).

Ela descobriu o poder que exercia sobre o povo e sua popularidade ultrapassou todas as perspectivas do casal Perón. Ao trabalho empreendido ela designou de “justiça social”, politizando a sua atuação.

Em el número 67 de la revista Anales Políticos y Sociales Argentinos, el professor Aristóteles Burruchaga rescata cifras que nos ayudan a comprender el impacto que tuvo la ley de voto femenino em las elecciones presidenciales de noviembre de 1951: las mujeres formaron el 17% de la Cámara de Diputados y en el Senado alcanzaron el 25%. Pero la abrumadora mayoría pertenecía al Partido Peronista. (Balmaceda, 2003, p.213).

Não podemos deixar de assinalar que, se o sufrágio feminino foi uma estratégia empreendida pela primeira-dama, por outro lado ele foi uma conquista para as mulheres argentinas.

El voto femenino se transformo en un fenomenal instrumento de inclusión política. (...) Las mujeres se asomaron por primera vez al poder real y no dejaron pasar la oportunidad de ocupar los espacios que los conservadores les habían negado durante tanto años. (id, ibid).

Evita foi o caminho e a mediação entre os “descamisados” e as esferas do poder. Nas suas manifestações em público, ela declamava seu amor e devoção ao esposo e o seu amor ao povo humilde. “*Para muita gente, tocar Evita era tocar o céu*”. (Martinez *apud* Pereira, s/data, p. 11).

Embora fique claro na trajetória populista de Evita seu desejo de estar no poder com ações assistencialistas e conquistar o povo argentino, não podemos deixar de sinalizar para os preconceitos com os quais que, provavelmente ela se deparou, enquanto figura feminina na conquista do espaço público e político, uma vez que enfrentou um contexto exclusivamente masculino⁷, em uma sociedade oligárquica como a Argentina. Quando do seu falecimento, esta mesma oligarquia ficou satisfeita em livrar-se da primeira-dama, mas jamais pode sujar a imagem de Evita na história e na memória coletiva.

No Brasil, Darcy Vargas também deixou escrita a sua história e ações, mas com algumas particularidades que a diferem da primeira-dama Argentina.

No governo getulista, o país passou por mudanças importantes no seu sistema econômico, visto que deixara de ser agroexportador, até então vigente no país, para tornar-se urbano industrial, apresentando novas demandas sociais. À legislação social vigente incluía somente aqueles que estavam inseridos no mercado de trabalho formal.

A posição ocupacional, neste período, passava a ser critério de inclusão, já que para quem trabalhava no mercado formal era garantido o direito de inserção nas políticas sociais da época⁸. Muitos trabalhadores, principalmente os da área rural, ficavam excluídos da política social; e, contraditoriamente, incentivados pela transição do modelo econômico, deslocavam-se para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

No pós-anos 30, observam-se algumas ações da primeira-dama, Darcy Vargas, como por exemplo, o trabalho da Legião da Caridade, a Casa do Pequeno Jornaleiro, dentre outras.

⁷ Até hoje ela é venerada em seu país, existindo museu e estátua em sua homenagem.

⁸ Segundo Wanderley Guilherme dos Santos, nesta época a cidadania não era para todos. Aqueles inseridos no mercado formal de trabalho e com carteira assinada eram os que tinham o direito ou acesso aos benefícios sociais. Somente determinada classe era beneficiada. Por isso a denominação de cidadania regulada. “Por cidadania regulada entendemos o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se não em códigos de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional e definição por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas por lei.” (Santos, 1979, p. 160).

Em 1938, Vargas instituiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) com a atribuição de certificar as entidades de assistência social, para que pudessem obter isenções de taxas, impostos e contribuições sindicais. Órgão este que foi substituído, em 2004, pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Em 1942, com um governo caracterizado como populista, paternalista e centralizador que buscava a legitimidade junto à população pobre, com o intuito de legitimá-lo no poder, criou-se a LBA-Legião Brasileira de Assistência. Ela foi representada pelo primeiro damismo e considerada a primeira instituição de atenção social, direcionada para o atendimento à pobreza, evidenciando um Estado Protetor com características humanitárias.

A LBA- Legião Brasileira de Assistência se elegeu como um grande marco das ações da primeira-dama no Estado brasileiro. Tornou-se o nascedouro do primeiro damismo, mas com o mesmo enfoque histórico direcionado para o assistencialismo⁹, paternalismo e ações caritativas.

Na realidade, com a criação da LBA, a figura marcante com relação à assistência é da primeira-dama, vista como benevolente, e não a assistência vista como direito dos cidadãos. (Neves, 1994, p.20)

Este período foi marcado por transformações sociais, políticas e econômicas e não foi por acaso que esta instituição foi criada. A conjuntura encontrava-se favorável, pautada em um discurso hegemônico, com o país aderindo à guerra, os homens brasileiros, sendo convocados e as mulheres solicitadas a colaborarem com aquelas famílias que necessitavam do apoio do Estado.

A assistência nesta época caracterizada pelo aspecto filantrópico, voluntário e caritativo passou a ser o espaço feminino; logo, o cuidado e a responsabilidade de gerenciá-la seriam o da primeira-dama.

A ação da mulher como voluntária e a mobilização da sociedade para enfrentar situações adversas seguem sendo até os dias atuais marcos que a LBA institucionalizou na sociedade brasileira. (Sposatti apud Neves, 1994, p.17).

⁹ Para Sposatti o assistencialismo “(...) é o acesso a um bem através de uma benesse, de doação, isto é, supõe sempre um doador e um receptor. Este é transformado em um dependente, um apadrinhado, um devedor.” (1994, p. 03).

A forma clientelística e benemerente com que a LBA atuava terminou por reafirmar esses traços durante alguns anos na política assistencial brasileira.

De acordo com alguns estudiosos, Darcy Vargas construiu uma história própria, embora paralela com a do seu esposo, Getúlio Vargas, que lhe pertence.

É notório não desmerecer a realização de suas obras e a sua representatividade enquanto figura pública preocupada em cuidar dos mais desamparados na sociedade brasileira, que serviram de tema de algumas análises e pesquisas.

Se analisarmos em que época Darcy Vargas nasceu, deparamo-nos com uma sociedade marcada por normas patriarcalistas¹⁰ cujas características situavam a mulher, a maternidade, a família em um espaço reservado e restrito, qual seja, o espaço privado. Seu pai era um rico fazendeiro que cuidava dos negócios da família; e sua mãe, prendada, cuidava da casa e dos filhos com zelo. O poder masculino era o protagonista da história, estando a mulher em papel secundário. A sociedade de então ditava as normas e situava a mulher como figura coadjuvante ou simplesmente objeto, e não sujeito de direitos.

Darcy Vargas fez parte desta realidade e nas páginas da história não há menção de sua participação em nenhum movimento de reação ou de mudanças. Participou apenas no que era imposto pela sociedade. “*Darcy Vargas representava na vida de Getúlio Vargas a posição que ela ocupava na família e na sociedade a esposa do homem público e governante.*” (Simili, 2008: 16).

De certa maneira, Darcy Vargas, enquanto figura feminina e integrante de uma elite, interpretou bem o seu papel. Ela conseguiu conquistar um espaço

¹⁰ “A família era tudo. Seguindo a tradição da época em que os portugueses se instalaram no Brasil, a família não se compunha apenas de marido, mulher e filhos. Uma imensa legião de agregados submetidos à autoridade indiscutível que emanava da temida e venerada figura do patriarca. Temida, porque possuía o direito de controlar a vida e a propriedade de sua mulher e filhos; venerada porque o patriarca encarnava, no coração e na mente de seus comandados, todas as virtudes e qualidades possíveis a um ser humano. (...) esse patriarca era o grande senhor rural, proprietário de terras, onde se plantavam as bases da economia brasileira: café, cana-de-açúcar. Era ele que desde os tempos coloniais e imperiais presidia a única ordem perfeita e íntegra da sociedade brasileira: a organização familiar. Não havia comunidades sólidas, sindicatos, clubes. A família, a grande família patriarcal, ocupava todos esses espaços. (...) **E a família patriarcal era o mundo dos homens por excelência. Crianças e mulheres não passavam de seres insignificantes e amedrontados, cuja maior aspiração era as boas graças do patriarca.** Por mais enaltecido que fosse o papel de mãe, um obscuro destino esperava as mulheres. Uma senhora da elite, envolta numa aura de castidade e resignação, devia procriar e obedecer. Até meados do século XIX, a casa-grande era o modelo perfeito do fechado mundo patriarcal”. (Samara, 1986, p. 201).

público, embora este espaço fosse “recheado” de paradoxos, conforme a conjuntura política da época.

Darcy Vargas não era uma mulher “ingênua”. Ela não disputava o poder com o seu marido; pelo contrário, percebia que nessa relação ela poderia conquistar feitos que nenhuma outra primeira-dama conseguira até aquele momento. Foi a primeira mulher, no contexto brasileiro, a estar à frente de órgãos assistenciais ligados diretamente à estrutura do governo¹¹. Temos como exemplo a Legião Brasileira de Assistência - LBA, “(...) *que incubiu-se de múltiplas atividades em todo o país, tornando-se o principal órgão de assistência social do governo brasileiro durante décadas.*” (Simili, 2008, p.11).

Foi a figura feminina no campo assistencial onde se configurou um aparato entre “*modelo de atuação e de participação da mulher do homem público na política, atrelada ao social.*” (idi, ibid). Ao mesmo tempo em que Darcy Vargas — mulher, mãe, esposa — era exemplo em uma sociedade baseada no patriarcalismo e pertencia ao espaço privado enquanto primeira-dama, participou do espaço público. Este legitimado pelas normas da sociedade vigente na qual cabia à mulher a ajuda ao próximo e a caridade.

Sob a égide das ideias positivistas, em que a figura feminina foi construída com base na figura materna, ser mãe retratava a sublimidade da doçura e sensibilidade. Nestes moldes, a mulher foi o exemplo da submissão, da obediência e da virtude, que acompanhou algumas mulheres da elite.

Nascida e criada neste ambiente, Darcy Vargas reproduziu os ditames femininos da sua época. Segundo Brito, Darcy Vargas era uma criança muito estudiosa e sempre desejando aprender mais, deixando o seu pai inquieto com a sua paixão pelos estudos. No seu relato, há uma passagem que retrata a condição de ser mulher naquela sociedade. A educação formal para as meninas da elite era uma formação voltada para o domínio privado.

¹¹ Da criação da Legião da Caridade (1930) à Legião Brasileira de Assistência - LBA em 1942, deu apoio à Fundação do Abrigo Cristo Redentor (1934), a Escola Agrícola Presidente Vargas e Escola de Pesca Darcy Vargas e Fundação Darcy Vargas (1938), a Casa do Pequeno Jornaleiro (1940). Expandiu a Casa do Pequeno Lavrador, Colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, Escola Primária Álvaro Sodrê e Restaurante da Casa do Pequeno Trabalhador. (Simili, 2008, p.10/11)

Minha filha, por que estudas tanto? Vai brincar com tuas bonecas, tuas costuras. Mulher não precisa saber muita coisa. Basta saber costurar, cozinhar, conhecer música para ser uma perfeita esposa e perfeita mãe de família. Olha o exemplo de tua mãe, que é maravilhosa. (Brito, 1984, p.22)

Darcy Vargas casou-se aos 16 anos, enquanto Getúlio, aos 28 anos, no ano de 1911. Foram educados sob base patriarcal em que os papéis femininos e masculinos eram bem definidos e demarcados. Ela, mulher, nascida na elite, bem educada (para o trabalho doméstico) e preparada para ser uma esposa perfeita. Getúlio Vargas, homem, nascido também na elite, já inserido no meio político, desejoso de ter uma companheira com quem pudesse constituir uma família. Enquanto Darcy Vargas tornava-se esposa de homem público e mãe dos seus filhos, na sociedade brasileira, mulheres feministas lutavam por direitos sociais e políticos, e pela desconstrução dos papéis a elas atribuídos pelos homens.

Os papéis eram claramente delimitados. Ser mulher era ocupar, naturalmente, o espaço da casa, da família e a maternidade. O espaço das emoções! Para o homem, o espaço da rua, público, o de controlar suas emoções e de possuir a racionalidade. Estes elementos formaram um conjunto de normas centrais que estruturaram a sociedade vigente, as concepções e a cultura produzidas e reproduzidas pela elite dominante.

O modelo de feminilidade predominante no início do século XX, que transformava em missão e destino da mulher na terra o casamento e a maternidade. Casando-se e procriando, cumpria-se para ela o destino traçado para as mulheres pela cultura da época e começava aquilo que parecia predestinado como sua missão na terra: ser esposa e mãe. (Simili, 2008, p.25)

Alzira Vargas, filha do casal Vargas, em seu livro *Getúlio, Meu Pai*, construiu a imagem materna, enquanto esposa e mãe sob o domínio e medo de uma figura masculina, seu pai. Na realidade esta construção é a formação da família burguesa que foi por ela vivenciada. Mesmo assim, Darcy Vargas encontrou espaço para fazer com que as suas vontades fossem atendidas e assim atingisse os seus objetivos. Embora ela respeitasse o domínio masculino, soube encontrar caminhos nas relações sociais que possibilitaram mudar as regras impostas

A figura de Darcy Vargas retratava também a da mulher sempre pronta para ajudar e estar ao lado do seu esposo que trilhava uma carreira política. Certamente ela teve um papel fundamental neste processo. Além dos cuidados e da dedicação com a família, era esposa de um homem público, ambicioso que galgava os postos mais altos na política; portanto era importante que ela estivesse disposta a estar ao seu lado. Ela posicionava-se como “companheira e amiga” em todos os momentos. As suas iniciativas sempre estiveram articuladas com as ações políticas do marido.

O mesmo empenho que mantinha na vida privada, Darcy Vargas levava para o espaço público, na criação e administração das entidades filantrópicas assistenciais, para cuidar do outro. Sendo assim, se esforçava para atingir seus objetivos.

4.2.

Darcy Vargas e a criação de entidades assistenciais

Entre 1930 e 1945, Darcy Vargas dedicou ao seu papel de mãe e esposa, mas ao mesmo tempo dava início a sua trajetória, enquanto primeira-dama, no espaço público, ajudando a criar várias instituições filantrópicas e religiosas. Segundo o verbete criado pelo Dicionário das Mulheres do Brasil (Schumacher & Brasil, 2000, p.174), Darcy Vargas é classificada como “*pioneira, dentre as primeiras-damas brasileiras, na atuação junto a órgãos assistenciais pertencentes à estrutura do Estado.*”

Com a ação através da filantropia, vislumbrou formas de ajudar Getúlio Vargas em sua trajetória política. Vimos então que, ao organizar a Legião da Caridade, Darcy Vargas se propôs ajudar seu marido “*colocando a filantropia a serviço da luta política.*” (Schumacher & Brasil, 2000, p.179); e, ao mesmo tempo, um sentimento solidário se delineia na sociedade, especificamente no que se refere às mulheres, tomando corpo para as ações de caridade.

Podemos dividir suas atividades assistenciais em duas fases: a primeira de 1930 a 1944 e a segunda de 1951 a 1953.

Na primeira fase, Darcy Vargas, durante o período o golpe da década de 30, se articulou com outras mulheres e fundou a Legião da Caridade, instituição filantrópica, cujo intuito era ajudar as famílias e os soldados que participavam da revolução. O objetivo desta organização era fabricar material para os soldados que acompanharam as tropas revolucionárias para lutarem em defesa do governo. Este movimento, iniciado por Getúlio Vargas em Porto Alegre, terminou após um mês, no Rio de Janeiro, com um golpe que levou Vargas ao poder.

Cabe sinalizar que o sentimento de solidariedade e caridade perpassava nas práticas de Darcy Vargas e das mulheres que ela arregimentou para a confecção de material para os soldados. Enquanto os homens lutavam, as mulheres tornavam-se úteis e ofereciam sua contribuição. Desta forma Darcy Vargas se mantinha na retaguarda, em um exemplo claro de que estava integrada à luta política do marido.

Com o esposo no poder, após o golpe do Estado, em 1930, ela prosseguiu com a sua participação social sob bases assistencialistas. Era comum, conforme Mott (2001, p.201), as mulheres se dedicarem também às causas beneméritas, seja para ocupar o tempo ocioso com alguma coisa útil ou para adquirirem responsabilidades fora do lar, ou ainda para auxiliarem a projeção social e profissional dos seus maridos.

Ressaltamos que até 1930, a vida de Darcy Vargas foi dedicada aos filhos e de acordo com o ritmo da vida pública e política do marido. Ao casar-se com Getúlio Vargas estava claro que

(...) a importância da sua existência estava justamente em ser a esposa de Getúlio Vargas e a mãe de Lutero, Alzira, Manoel Antônio, Jandira e Getulinho. Para eles, a sua presença e ajuda eram importantes e para eles ela se doava. (Simili, 2008, p.45).

Getúlio Vargas, ao percorrer uma trajetória política¹², fez com que a sua família também se envolvesse e Darcy Vargas transitava entre o domínio

¹² Foi Deputado Estadual (1909 e reeleito 1913) e Deputado Federal (1923), pelo Rio Grande do Sul, Ministro da Fazenda do Governo Washington Luís (1926-1927) e Presidente do Rio Grande do Sul (1927). Chefe do Governo Provisório (1930-1934), Presidente da República, eleito pelo Constituinte (1934-1937), Ditador do Estado Novo (1937-1945), presidente deposto em 1945 e retorno: em 1951 até o suicídio, em 1954.

privado, nos cuidados com os filhos e o lar, e o domínio público, frente à responsabilidade das ações em que estava engajada.

Com a vitória de Getúlio Vargas, a Legião da Caridade foi extinta, uma vez que fora alcançado o objetivo político do movimento revolucionário, então toda a sua família transferiu-se para o Rio de Janeiro.

Neste período, a questão social¹³ era notória, e emergiu com movimentos de operários reivindicando direitos e melhores condições de vida e de trabalho, mas não tinha visibilidade para o Estado. Na realidade, a questão social que eclodia era resultante das contradições do processo de implantação do capitalismo. Uma nova realidade social despontava, ainda que o Estado insistisse em negá-la, tratando-a como “caso de polícia”, permitindo que se formasse um espaço propício para o atendimento assistencialista.

O tratamento dispensado pelo Estado à questão social na Primeira República, que não a considerava um problema público, fez que a área da assistência estivesse quase exclusivamente nas mãos de associações particulares. Ainda sobreviviam muitas irmandades religiosas oriundas da época colonial, que ofereciam a seus membros apoio para tratamento de saúde, auxílio funerário, empréstimos e mesmo pensões para viúvas e filhos. (...) Havia ainda as Santas Casas de Misericórdia, instituições privadas de caridade voltadas para o atendimento dos pobres. (Simili, 2008, p.43).

Em 1934, Getúlio Vargas, casado somente no civil, atendeu ao pedido de Darcy Vargas em casar-se também no religioso. Receber as bênçãos divinas não só fez a satisfação da sua esposa, como ultrapassou o domínio privado e teve representatividade no aspecto político. Ele era governante de uma nação e a família, no aspecto político, seria prioridade em seu governo e representá-la era fundamental¹⁴. Segundo Simili (2008), o casamento e a maternidade eram, para Darcy Vargas, considerados como algo natural, e o destino das mulheres era

¹³ Como refere Iamamoto, “a questão social não é senão um conjunto de expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento pelo empresariado, pelo Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.” (1982:77)

¹⁴ Lembramos que Getúlio Vargas assinou o Decreto Lei 3.200 de 04/1941- o Estatuto da Família, onde traçava as linhas “sobre a organização e proteção da família.” (Simili, 2008, p.64). Segundo Gustavo Capanema, em conferência proferida em 02/12/37 “A família constituída pelo casamento indissolúvel é à base de nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por suas mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois compete, na educação que lhe ministra, prepará-la conscientemente para esta grave missão.” (Schwartzman, Simon. 2000, p.123)

manter-se em uma relação. Para ela, o importante era demonstrar para a sociedade o quanto o seu casamento era perfeito e harmonioso.

A existência das esposas e, principalmente, a exposição delas pelos governantes dão a ver o que eles são no privado: maridos e pais de família, fornecendo, assim, as bases para a criação de representações públicas como bons maridos e pais. (Simili, 2008, p. 59).

Darcy Vargas sempre presente em festividades e recepções públicas ao lado do esposo. Conforme evoca Simili (2008, p. 60) ao afirmar que nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea-CPDOC, ao qual teve acesso, as fotografias foram identificadas pelo nome do homem público, nome do evento e data; nenhuma delas menciona Darcy Vargas. Na realidade ela era somente uma figura feminina, esposa e primeira-dama acompanhando seu esposo, em papel secundário e respeitando o protocolo.

Mas um olhar atencioso voltar-se-ia para o significado das imagens reproduzidas nestas aparições e o que elas representaram para o público. No imaginário social, delineavam-se a figura do casal feliz e a harmonia que deste emanava, era assim que deveriam ser apresentados à sociedade.

É importante destacar que se expandiu, a partir da segunda metade da década de 1930., a atuação da primeira-dama em obras sociais, quando apoiou a fundação do Abrigo Cristo Redentor no Rio de Janeiro (destinado a um abrigo para mendigos), além da Escola de Pesca Darcy Vargas e a Escola Agrícola Presidente Vargas.

Em 1938 foi criada a Fundação Darcy Vargas, com ações voltadas para a infância,

(...) uma obra destinada à infância desvalida, impondo, assim, sua participação no âmbito das políticas assistenciais defendidas pelo Estado e pelo empresariado no que tange ao tratamento, de questões sociais relativas a infância. (Simili, 2008, p.82).

Darcy Vargas, sempre “preocupada com os pobres e os efeitos da pobreza”, não questionava suas causas; diante disto o trabalho assistencial com bases filantrópicas e caritativas não alterava o status quo.

A Fundação Darcy Vargas destinava-se à infância não sem motivos, pois no contexto em que foi criada, alguns movimentos ocorriam, através de

empresários e juristas, que questionavam o aumento da criminalidade e da alta taxa de mortalidade infantil.

Na ocasião, algumas mulheres feministas assumiram ações voltadas para a infância, maternidade e o trabalho feminino. Eram mulheres que lutaram para que outras tivessem acesso mínimo a melhores condições de vida, como os casos de Carlota Pereira de Queiroz, Bertha Lutz e Pérola Byington, dentre outras.

Segundo Simili (2008), a Fundação Darcy Vargas contou com investimento governamental principalmente em sua propaganda, uma vez que Vargas tinha interesses políticos. Com o apoio do governo, a fundação expandiu o atendimento com o projeto da Casa do Pequeno Jornaleiro (1938-68), presidida pela primeira-dama no período de 1938-45.

Em 1940, foi inaugurada a Casa do Pequeno Jornaleiro, um projeto assistencial que visava amparar aqueles que trabalhavam nas ruas vendendo jornais e sendo “arrimos de família”. Esta situação já evidenciava um problema social, no entanto a instituição coadunava-se com a política de Getúlio Vargas, que visava combater a delinquência e a marginalidade, cortando o “mal pela raiz”, para que deixassem de ser uma ameaça à sociedade.

*As diretrizes governamentais no combate à delinquência visavam fomentar a rede filantrópica, via subsídios para a criação de entidades que se propusessem a educar e a regenerar o menor proletário”*¹⁵ (Simili, 2008, p.97).

Ainda em 1940, Darcy inaugurou a expansão do atendimento infanto-juvenil com a Casa do Pequeno Lavrador, a colônia de férias da Casa do Pequeno Jornaleiro, a escola primária Álvaro Sodré, o restaurante da Casa do Pequeno Trabalhador e a Casa do Pequeno Agricultor, em Jacarepaguá. Estes projetos eram desenvolvidos, concomitantemente, pela Fundação Darcy Vargas.

O projeto político de Vargas partia da ideia de preparar o homem brasileiro para a condição de um bom trabalhador e um cidadão disciplinado, que aceitasse as normas postas sem questionamentos. Segundo a historiadora Simili, que teve acesso ao Estatuto da Fundação Darcy Vargas para a própria pesquisa revela que tratava-se de um projeto político, filantrópico, com características maternalistas.

¹⁵ A Casa do Pequeno Jornaleiro recebia subvenções do Estado e empresários. Porém, conforme mostra Simili (2008, p.102), não consta documentos e informações dos valores envolvidos.

Para manter a Fundação, Darcy Vargas recebia verbas públicas e a contribuição de grandes empresários da época, que viam na figura da primeira dama aquela que iria “salvar a infância”, conforme declaração do Sr. Conde Pereira Carneiro (à época, dono do Jornal do Brasil). “*É uma grande obra que a senhora está planejando.*” (Brito, 1984, p.109).

Era tocante vê-la chegar à benemérita instituição. Fazia daquilo prolongamento do lar. Chegava sempre alegre e comunicativa. Abraçava os funcionários, beijava os meninos. Conversava com eles maternalmente. (...) Só uma coisa a entristecia: era quando não podia atender um pedido de internamento de uma criança. (id,ibid).

Esta passagem retrata a figura maternal da primeira-dama, embora demonstre que a Fundação não dava conta da questão social que emergia. A ajuda ao próximo através da solidariedade e caridade marcou a história da assistência social no Brasil.

Complementando a criação do projeto da Casa do Pequeno Jornaleiro, havia o projeto Cidade das Meninas, localizada em terreno doado pelo governo federal em Nova Iguaçu. Apesar de todos os esforços, doações e verbas públicas, o empreendimento não foi adiante, por falta de recursos suficientes, conforme alegou a primeira-dama, Darcy Vargas, em documentos da época.

Em 1942 Darcy Vargas inaugurou a Legião Brasileira de Assistência-LBA¹⁶ que representava “*a principal estatal no enfrentamento da pobreza brasileira e a primeira instituição pública de assistência social.*” (Simili, 2008,, p.131). Como principal órgão de ajuda aos mais necessitados, se manteve na sociedade brasileira até 1995, quando foi extinta pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Concordamos com Simili (id, ibid) quando afirma que Darcy Vargas e a Legião Brasileira de Assistência “*possibilitaram o surgimento de um modelo de atuação para o primeiro-damismo brasileiro nas cercanias do poder presidencial, como a mulher responsável pela condução das políticas públicas.*” A partir desta

¹⁶A LBA, em 1966, passou a ser uma Fundação e em 1974 integrou-se à área previdenciária, ampliando, assim, os atendimentos às demandas da população. Entre as décadas de 77/84 ela foi integrada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, responsável para atender à população, aumentando a área de atuação, e assume a assistência, ganhando uma nova visibilidade.

atuação todas as esposas de presidentes ocuparam a presidência da LBA e ficaram responsáveis pela área assistencial. Darcy Vargas foi então a primeira mulher, esposa de presidente e primeira-dama a se tornar oficialmente responsável pelas políticas assistenciais do governo.

Destacamos que o Brasil apoiou os EUA na 2ª Guerra Mundial, e Getúlio Vargas mobilizou a todos para que lutassem e defendessem a pátria. Não havia pessoal suficiente, portanto era essencial que tanto os homens em geral, quanto as mulheres estivessem mobilizados para trabalhar para o país. A LBA precisava da contribuição feminina. Os atributos femininos como abnegação, obediência e ajuda eram essenciais para este momento e deveriam ser transformados em ajuda para a nação.

Estes pensamentos ideológicos foram criados para que houvesse adesão da população, fundamentalmente, a feminina. As mulheres seguiram o exemplo de Darcy Vargas, exemplo de bondade e amor ao próximo, sempre disposta a ajudar o seu país. *“A história da guerra é também a história das mulheres e da exploração dos sentimentos, das habilidades e competências femininas pelo poder e pela política.”* (Simili,2008, p.190). No entanto foram as mulheres que mais perderam, ao virem seus maridos e filhos partirem (muitos sem retorno), ou tendo que cuidar daqueles que retornaram mutilados e/ ou inválidos.

A LBA teve papel fundamental para que as diretrizes do presidente se realizassem. Ela foi constituída a partir do apelo de Darcy Vargas a todas as mulheres e, principalmente, às primeiras-damas de outros estados, para que, em um esforço único, formassem um mutirão de ajuda às famílias daqueles que partiam para a guerra. Além disso, foi instituída uma unidade da LBA em cada estado. *“O surgimento da LBA terá de imediato um amplo papel de mobilização da opinião pública para o apoio ao esforço de guerra promovido pelo governo.”* (Iamamoto, 1982, p.257).

Em 28 de Agosto de 1942, foi enviado o telegrama a seguir às primeiras-damas de cada estado, para que se comprometessem com esta ação. Houve um forte apelo ideológico do sistema vigente para a convocação dos combatentes e a ajuda das mulheres no trato da área social.

“Vistos grandes dificuldades atravessa nosso país, mulher brasileira será chamada cumprir missão na proteção famílias bravos soldados e execução todos os deveres civis forem necessários. Com esse objetivo foi fundada nesta capital sob a égide da Federação das Associações Comerciais do Brasil Legião Brasileira de Assistência. Desejando estender todo o país benefício esta organização sugerimos assumir neste estado a direção do movimento em conjunto Associação Comercial que a procurará imediatamente. Muito grata por sua colaboração. Saúde Cordialmente, Darcy Vargas.” (Neves, 1994, p.16)

Muitos homens, em sua grande maioria da classe empobrecida, se candidataram para “lutar pelo país”. As mulheres tiveram que trabalhar para sustentar a família, e contavam com alguma ajuda do Estado que utilizava “visitadoras sociais” para executar um trabalho burocrático e exigente, ficando as famílias sujeitas a um inquérito e sob a autoridade do Estado que determinava, de forma pouco democrática, quais famílias estariam dentro do perfil estipulado para receber o benefício em forma de benesse.

No estatuto da LBA (portaria 6.013), seu art. 2º regia o seguinte: *“Congregar brasileiros de boa vontade e promover as formas de serviços de Assistência Social prestados diretamente ou em colaboração com o poder público e instituições privadas.”* (Neves, 1994, p.18). O artigo demonstrava a responsabilização do povo brasileiro para se unir, ideologicamente, principalmente as mulheres, tendo como exemplo as ações da primeira dama, a fim de ajudar a combater a pobreza que estava em evidência.

A LBA teve inicialmente um forte tom de campanha, em esforço único que abarcou o movimento das primeiras-damas, do voluntariado feminino e do empresariado através de doações, que ajudaram a mantê-la, conforme consta nos estatutos da instituição. As campanhas¹⁷ foram inúmeras, oportunizando às mulheres, até então mantidas no domínio privado, a participação no espaço público. Tais campanhas também ajudaram a reforçar a figura do casal Vargas, além de ter como objetivo popularizar a instituição a LBA.

¹⁷ Campanha do Cigarro, da “Borracha Usada”, do Livro para o combatente, para bibliotecas ambulantes, do agasalho. Todas voltadas para o soldado que aguardava o momento da partida para a guerra.

Este movimento ratifica a máxima de que *“pobre é coisa de mulher, que tem coração e não de governo que tem razão.”* (Sposatti & Falcão apud Simili, 2008, p. 137). Extraímos deste pensamento a forma como a pobreza era vista, sendo a mulher, pelos atributos construídos pelas classes dominantes, a mais indicada para cuidar das suas mazelas.

Isto significa manter o simbólico do centralismo na figura masculina do presidente, a quem cabe a razão, e à mulher, que na condição de consorte, cabem as iniciativas do coração e, por consequência, o social. É o social sob esta ideologia palco de manifesta bondade, sensibilidade e não de políticas públicas. (Sposatti apud Torres, 2002, p.102).

A propaganda política teve efeitos marcantes sobre a sociedade e, principalmente, sobre as mulheres em sua participação na LBA. Ela trouxe forte cunho ideológico no intuito de *“mobilizar a mulher brasileira por todo o Brasil para a missão de proteção das famílias dos bravos soldados.”* (idem, p.40). E cada vez mais a figura da primeira-dama, enquanto modelo de mulher virtuosa e *“dedicada ao próximo”*, foi sendo reforçada e expressada através da LBA. *“Da assistência às famílias dos convocados, progressiva e rapidamente a LBA começa a atuar em praticamente todas as áreas de assistência social.”* (Iamamoto, 1982, p.258).

Não podemos deixar de refletir a importância de Darcy Vargas, enquanto primeira-dama à frente das políticas públicas sociais do país, ressaltando o cargo público que ocupava:

Darcy Vargas e a LBA possibilitaram o surgimento de um modelo de atuação para o primeiro damismo brasileiro, nas cercanias do poder presidencial como a mulher responsável pela condução das políticas sociais públicas. (id, ibid).

Não há como negar que Darcy Vargas construiu uma trajetória que foi seguida pelas primeiras-damas identificadas com o trabalho de cunho social e da participação política¹⁸.

¹⁸ Em 1943, o filho caçula do casal Vargas vem a falecer e traz para a família um grande dissabor, e atitudes diferenciadas no trato deste momento triste. Getúlio Vargas retornou às suas atividades, alegando que a nação dele precisava; enquanto que Darcy Vargas se afastou totalmente dos seus compromissos frente à Legião Brasileira de Assistência, retomando algum tempo depois.

Já na segunda fase, do mandato de Getúlio Vargas, de 1951 a 1953, Darcy Vargas visitou os estados brasileiros afetados pela seca, providenciando assistência imediata, aquisição de toneladas de leite em pó da Holanda para a população infantil; providenciou, através de doações da Alemanha, o hospital volante; além de assistir, às vítimas das enchentes do Amazonas.

Verificamos, através da historiografia, que Darcy Vargas e Eva Perón não ficaram ausentes da história, pelo contrário, elas ajudaram a construir a história das mulheres. Mesmo educadas para serem submissas e para servirem aos seus maridos, em matrimônios arranjados por interesses políticos que ultrapassavam a sua anuência, conseguiram fazer-se presentes no espaço público.

4.3.

Ressurgimento do Primeiro Damismo- Era Collor

Em 1990, a sociedade brasileira vivia momentos de conquistas com a consolidação da democracia e a promulgação da Constituição Federal/88. Fernando Collor de Mello (1990-1992) ganhara as eleições com o discurso ideológico de acabar com a pobreza, caçar os marajás e salvar os *descamisados*¹⁹. Porém colocou em curso o projeto neoliberal, que ganhou terreno e acabou se tornando hegemônico. Instaurou um “*ajuste estrutural capitalista*” (Behring, 2003, p. 147) cujas medidas, no plano econômico e principalmente social, foram receitadas pelo Consenso de Washington e o FMI.

Houve todo um aparato ideológico no qual identificamos o discurso aos descamisados, até a prática que se apresentou paradoxal e demagógica. Collor apropriou-se da ideia de o máximo para o mercado e interesses privados e mínimo para o social, com o enxugamento do Estado.

A assistência social, consagrada pela primeira vez como direito constitucional, apresentará lamentavelmente retrocesso no governo Collor. Novamente voltamos às práticas antigas- a primeira-dama passa a dirigir a assistência aos pobres brasileiros.” (Falcão, 1989, p. 33).

¹⁹ Collor se apropriou desse termo utilizado pela primeira dama Argentina, Evita Perón.

Entraram em conflito as propostas de cunho universalizantes inseridas na CF/88 e as de cunho neoliberal que evocavam ações públicas de características seletistas e focalistas para aqueles segmentos da sociedade menos favorecidos, conforme as teses neoliberais, em que as ações do Estado, junto à pobreza, devem apenas complementar a filantropia privada.

O retorno do primeiro damismo segundo Falcão (1990), “*volta a ressurgir na era Collor*”, quando se configurou a presença da primeira-dama, Sr^a Rosane Collor, frente à presidência da Fundação Legião Brasileira de Assistência-LBA, com ações clientelísticas e filantrópicas.

Mas não houve avanço no trato da assistência social, por conta do veto do presidente que inibiu a ratificação da assistência enquanto política pública e, por conseguinte, a regulamentação dos direitos. Não houve ações significativas com o retorno da primeira-dama, já que a LBA não procurou superar as condições de pobreza da população.

Com a primeira-dama Rosane Collor, houve um retorno ao voluntariado, ao clientelismo, ao nepotismo político e às velhas práticas assistenciais que foram na contramão dos direitos garantidos pela CF/88. Segundo Torres (2002), a primeira-dama foi uma espécie de personagem produzida pelo poder para difundir a imagem do governo junto aos menos favorecidos, colocando em curso uma antiga prática assistencialista. “*É importante lembrar que o governo Collor exclui sumariamente as forças populares do processo decisório na sociedade. Não reconhece as representações da sociedade.*” (Torres, 2002, p. 101). Não houve interesse por parte do governo Collor em aprovar um projeto que elevasse a assistência a uma política pública que supunha controle social, equidade e universalização dos serviços sociais.

Raichelis (2005) sinaliza que entre os anos de 1981-1991, dados foram levantados e foi constatada enorme redução do atendimento da LBA, que vai da diminuição da cobertura dos projetos sociais ao corte de programas. Paradoxalmente, há um aumento significativo dos recursos públicos para entidades filantrópicas e assistenciais e ampliação de convênios firmados.

O país depara-se então com o desmantelamento da área social, onde a população foi iludida pelo discurso, ideologicamente pensado, de salvar-se os descamisados, trabalhado pelas classes dominantes e cooptado pela mídia, mas que na verdade, ficou apenas na retórica.

Apesar de a assistência social compor o quadro da Seguridade Social, o presidente Fernando Collor não teve o compromisso de fazer cumprir a efetivação desta política enquanto direito, apregoado na CF/88, sancionando a LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social e *engavetou* esta lei. No seu governo não deu a continuidade às discussões e a sua implementação enquanto política pública; pelo contrário, ele tratou esta política pelo viés neoliberal e, dentro desta ordem, o seu governo teve como características a privatização, a seletividade e a focalização das ações, além de um caráter clientelista e assistencialista.

Após o impeachment do presidente Collor, em 1992, assumiu o vice-presidente Itamar Franco para terminar o mandato. Este enfrentou grave crise econômica, política e principalmente social. Nesta última área não houve recursos definidos e nem um direcionamento dos programas sociais.

No governo de Itamar foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742/93, pressionado pela sociedade civil e pelo Ministério Público “*que ameaçava processar a União pelo descuido com a área.*” (Raichelis, 2005, p. 148). Com o objetivo de conter os altos índices inflacionários o governo lança o Plano Real, sob a coordenação do então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Apesar da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, não houve avanços na área social no sentido de se fazerem cumprir as determinações da Constituição Federal/88.

Em 1995, torna-se presidente do país Fernando Henrique Cardoso (comandou o Plano Real). A lógica para que o então candidato à presidência saísse vencedor foi a promoção de uma “*verdadeira chantagem eleitoral: ou se votava no candidato do Plano ou estava em risco a estabilidade da moeda, promovendo-se a volta da inflação*”. (Behring, 2003, p. 155).

O Plano Real compactuou com o conjunto de medidas preconizadas pelo Consenso de Washington que ditava normas de ajustes para os países subdesenvolvidos. Segundo Raichelis (2005, p. 102), “*estabilização da moeda, privatização das empresas estatais, redução do papel regulador do Estado, saneamento da dívida pública, desregulamentação do mercado de trabalho, minimização das políticas sociais mediante corte nos gastos sociais.*”

A gestão de FHC privilegiou a estabilidade econômica, e iniciou um processo acelerado de privatizações de estatais²⁰ a preços irrisórios, tendo como importante a lógica de que essa estabilidade traria, como consequência, o desenvolvimento social.

E, face ao escândalo de corrupção da administração anterior, extinguiu a LBA através da Medida Provisória 813/95²¹ e a substituiu pelo Programa Comunidade Solidária- PCS.

Ao sancionar a PCS, o presidente Fernando Henrique relegou a política de assistência social a um plano de pouca importância e inseriu na sociedade o conceito de solidariedade que se traduzia antagônico à política de assistência social.²²

O Programa Comunidade Solidária em seu artigo nº 12 afirma, enquanto objetivo, “*coordenar ações governamentais visando ao atendimento de parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas, em especial o combate à fome e à pobreza.*” (Couto, 2004, p.178). O PCS, subordinado diretamente à Casa Civil da Presidência da República, era dirigido pela primeira-dama e composto por conselheiros escolhidos pelo próprio governo, sem que fosse respeitada a participação popular, através representantes legítimos, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social.

Para Mota “*A descontinuidade e fragmentação são uma das características históricas da Assistência Social no Brasil.*” (2008, p. 186). Em sua plataforma política ele priorizara o controle da inflação e a reforma do Estado, cuja teoria pautava-se na lógica neoliberal. Em seu discurso, alegava que a reforma do Estado era necessária para reorganizar a administração pública burocrática, ou seja, propunha uma ampla mudança na redefinição do papel do Estado.

²⁰ Banerj, rodovia dos Bandeirantes (São Paulo), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Telebrás, Vale do Rio Doce, Light, Embratel, Usiminas, CEG, Metrô/RJ, dentre outros. (Ver em Alysio Biondi. O Brasil Privatizado. Um balanço do desmonte do Estado. Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 1999).

²¹ A Medida Provisória 813/95 de 01/01/95 dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Reestrutura administrativamente, organiza, extingue a LBA, CBIA, dentre outros. Disponível em: www.senado.gov.br/sf. (Acesso: 25 julho 2008).

²² É claro que houve um movimento de resistência da categoria dos assistentes sociais diante deste processo. (Ver Mota. Ana Elizabete. O Mito da Assistência Social. Ensaio sobre o Estado, Política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008).

O presidente Fernando Henrique admitia a pobreza e a miséria no país, mas extinguiu os órgãos governamentais, a LBA, o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência- CBIA, o CONSEA²³, o Ministério de Bem-Estar Social (MBES) através de medida provisória, que ao mesmo tempo criava o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) com uma Secretaria de Assistência Social (SAS), à qual o Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) era vinculado e o Programa Comunidade Solidária- PCS, com o intuito de modernizar a administração pública.

No lugar do CONSEA, foi criado o Conselho da Comunidade Solidária cujo objetivo era priorizar o combate à pobreza naquelas regiões mais pobres do país, numa demonstração de ações seletistas e de solidariedade social com a participação da sociedade, que iam de encontro ao debate nacional do direito à alimentação.

Frente a estas medidas, a assistência social passou para a responsabilidade do Ministério da Previdência e Assistência Social, a ser administrada pela Secretaria de Assistência Social (SAS) deste ministério e submetida ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

Porém o presidente demonstrava a ausência de compromisso com a LOAS- Lei Orgânica da Assistência Social, com o não cumprimento ao que constava na lei. Portanto as reformas administrativas advindas deste governo não foram acompanhadas de propostas substanciais, nem do princípio da legalidade, no que se refere aos direitos sociais preconizados na CF/88. Não houve o interesse de construir, segundo Couto (2004), *“uma cultura de direito social.”*

4.4.

A modernização do Primeiro Damismo- Ruth Cardoso

A Sra. Ruth Cardoso tornou-se primeira-dama. Com vasto currículo acadêmico e militante social, procurou manter diálogo intelectual e político com o seu esposo. Em uma das recusas do título de primeira-dama, responde para a

²³ Na extinção do CONSEA, o governo não comunicou aos seus integrantes e tampouco respeitou a criação deste conselho como resultado de uma ampla mobilização da sociedade civil.

mídia: “*Quem foi eleito foi o Fernando. Não existe eleição de primeira-dama.*”²⁴. Quando do seu falecimento, foi reverenciada por quase todos os meios de comunicação pelo papel que cumpriu, seja como mulher, mãe, avó, e principalmente como primeira-dama. Preocupada com a questão social, instituiu um novo modelo de ação social cuja perspectiva acompanhou o modelo neoliberal adotado pelo governo.

D. Ruth Corrêa Leite Cardoso nasceu em Araraquara (SP) em 19/12/1930. Formou-se em Antropologia em 1952 pela Universidade de São Paulo, onde conhece Fernando Henrique Cardoso com quem contraiu matrimônio em 1953.

Em 1959 concluiu o seu mestrado e em 1972, o seu doutorado. O hiato em sua vida acadêmica deu-se por conta do golpe militar (1964) que fez com que o casal procurasse exílio primeiramente no Chile e posteriormente na França.

Mesmo distante do país de origem, D. Ruth Cardoso não abandonou o tema da sua pesquisa — antropologia e ciência política. No exterior atuou em algumas instituições estrangeiras: Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (Flacso UNESCO), Universidade do Chile (Santiago do Chile), Maison des Sciences de L’Homme (Paris), Universidade da Califórnia em Berkeley e Universidade de Columbia (Nova York). cursou pós-doutorado na Universidade de Comlumbia (EUA).

Quando retorna ao Brasil, continuou a ministrar aulas no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo e tinha como preocupação formar pesquisadores que pudessem pensar e fazer pesquisas de campo, tendo como temas os estudos de minorias discriminadas, os movimentos sociais, que não constavam nas pautas das discussões acadêmicas e políticas.

Em 1981, no rastro do processo de redemocratização, criou o projeto “O Contexto Cultural da Ação Políticas”, que existiu até 1983. Nesse projeto, ela conseguiu reunir jovens recém-formados para o trabalho de campo nos bairros pobres da cidade de São Paulo, com o objetivo de fazer um acompanhamento cotidiano da vida de seus habitantes, das associações de moradores e de entender como as lideranças comunitárias negociavam com a administração pública local. A pesquisa se fundamentava em analisar as relações entre movimentos sociais e o

²⁴ Jornal O Globo, 26/06/2008.

Estado, os novos atores sociais, as novas formas de fazer política e o fortalecimento da sociedade civil.

D.Ruth integrou-se ao movimento feminista, sem radicalidades. Para ela o feminismo não significava somente uma luta para libertar as mulheres vítimas da opressão e violência, mas sim um movimento importante na possibilidade de um mundo melhor para homens e mulheres. Ela apoia e orienta várias pesquisas referentes a este tema.

Presidiu o Conselho da Comunidade Solidária (1995) que fez parte da estrutura do Programa Comunidade Solidária-PCS (MP 813/95).

A criação do PCS ocorreu na vigência da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e objetivava o enfrentamento da pobreza; porém o PCS se caracterizava por ser desfavorável à implementação da assistência social como política pública e integrante da Seguridade Social.

O PCS foi o programa social do governo Fernando Henrique (1995 a 2002), criado para substituir a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Foi desenvolvido pela primeira-dama, Ruth Cardoso, e teve como objetivo *“coordenar, de maneira eficiente e eficaz, as ações do governo federal no combate à fome e à pobreza.”* (Zucco, 1997, p.48). Na verdade, a ação do PCS nos remete à cultura política do coronelismo, ou seja quem tem mais influência obtém recursos para os seus Estados e Municípios, e à prática assistencialista, que a sociedade tinha esperança de superar com a implementação da LOAS.

O PCS desdobrou-se em: Alfabetização Solidária, Universidade Solidária e Capacitação Solidária. Era vinculado à Presidência da República através da Casa Civil, e sua estrutura composta pelo Conselho da Comunidade Solidária cujo caráter era consultivo, composto por 21 integrantes da sociedade civil, designados pelo presidente da República, dez ministros de Estado e uma secretaria executiva.

Segundo Torres (2002), o PCS representou uma forma de sustentação do conservadorismo próprio do populismo tradicional no campo da assistência social, que manteve as classes subalternas sob a dominação paternalista do Estado por meio da benemerência. No entanto, deparamo-nos com os paradoxos das análises feitas pela mídia, que demonstrava desconhecimento no trato com os programas sociais, conforme ilustra estas passagens do jornal “O Globo” quando se refere a este programa. *“Ela criou o Comunidade Solidária, projeto social*

*inovador e ambicioso” ou “(...) a primeira-dama Ruth Cardoso transformou a política social.”*²⁵

A constituição deste programa fez parte do projeto neoliberal que estava sendo implantado no país. Neste caso, o programa reforça os ideários do neoliberalismo, focado sobre os mais fracos e pobres, uma vez que intervinha seletivamente em regiões pobres, segundo um dos seus ideólogos:

A chamada questão social no Brasil não será resolvida unicamente pelo Estado. A ação do Estado nessa área, conquanto necessária, imprescindível mesmo, é insuficiente. Portanto, os principais problemas sociais do país não poderão ser enfrentados sem a parceria com a sociedade. (Franco, 1997, p.71).

O PCS foi um programa que centralizou sua gerência na figura da primeira-dama, que retirava dos diversos ministérios os recursos necessários, embora houvesse a alegação de que o papel do PCS era o de *“promover a articulação de projetos e programas já existentes e localizados em diversos ministérios.”* (Zucco, 1997, p.49). Na realidade, estes recursos eram uma forma de custear e manter o programa, uma vez que o PCS não dispunha de verba própria.

Para Zucco, este programa fragilizou a Política de Assistência Social. *“(...) diríamos que o ator coadjuvante roubou a cena principal. É a retomada do primeiro damismo da era Vargas, com a refilantropização da área social, favorecendo o econômico.”* (1997, p.50).

O PCS fez forte apelo à participação popular, a parcerias e criticou o assistencialismo e o clientelismo; porém ele se manteve com uma política para os pobres, e se caracterizou com ações pontuais, descentralizadas, emergenciais e desarticuladas, atingindo somente aqueles segmentos mais pobres da população.

É importante salientar que, com o PCS, a política de assistência social foi relegada a um plano de pouca importância, visto que este não reconheceu a organização política dos trabalhadores e as suas conquistas.

O PCS reiterava as ações fragmentadas e focalizadas, que percorreram todo o caminho histórico da assistência social no Brasil, selecionando os municípios mais pobres; e ao implementar uma metodologia de atuação na ótica da eficiência, utilizou-se da descentralização, mas que não incluiu a participação da sociedade na elaboração e fiscalização dos projetos.

²⁵ 25/06/08 e 20/12/08, respectivamente.

A assistência social, enquanto política pública, passou a ser analisada de forma residual, ou seja, o indivíduo somente era atendido quando não conseguia obter, via mercado, os mínimos de recursos necessários para a sua sobrevivência. “*É a retomada do Estado caritativo que se sobrepõe aos avanços obtidos com a regulamentação da LOAS.*” (Zucco, 1997, p.52).

Franco (1997, p.01), que foi Conselheiro da Comunidade Solidária e, portanto, defensor deste programa, acreditava que não haveria mais Welfare State²⁶ e, mesmo que houvesse este não daria conta dos problemas sociais, tamanho era o fenômeno da exclusão social no Brasil.

Analisando o Programa Comunidade Solidária, podemos destacar alguns pontos relevantes:

- Ele reforçou a atuação da mulher, primeira-dama, na gestão das políticas públicas.
- O Programa deslocou a discussão da LOAS-Lei Orgânica da Assistência Social, que propunha a política como direito e universalidade de atendimento para todos os cidadãos.
- O Programa centrava-se na figura da primeira-dama cuja presença era garantidora de recursos e acesso ao poder.
- Foi um projeto de governo no trato das questões sociais, uma vez que não houve continuidade nos governos seguintes.
- Delegou para a sociedade a responsabilidade de tratar dos seus “pobres” e das suas “mazelas”; e incentivou o voluntariado.
- Os recursos dependiam da gestão da primeira-dama junto ao empresariado e do orçamento de cada ministério.
- Discurso de descentralização, mas não possuía a participação da sociedade na elaboração e fiscalização dos projetos.
- Possuía ações fragmentadas e pontuais em municípios mais pobres, reforçando a seletividade e a focalização.

O PCS trouxe, entretanto, uma nova tecnologia de intervenção com a criação de monitoramento e avaliação de projetos, utilização de novos

²⁶ Surgiu após a 2ª Guerra Mundial nos países industrializados e foi o resultado de um pacto de classes com o Estado. Keynes foi o precursor da Teoria do Welfare State em que defendia a intervenção do Estado na economia capitalista. Neste caso, coube ao Estado garantir serviços públicos e proteção à população.

instrumentos para análise de dados estatísticos, exigências de planejamento e gestão de programas sociais.

Destacamos também nesse programa a idéia de territorialidade como unidade básica, tendo o município papel importante, enquanto plano local, para a formação de parcerias e as ações públicas, podendo serem melhor monitoradas pela comunidade.

Segundo avaliação do atual ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Sr. Patrus Ananias, a respeito das atividades de D. Ruth Cardoso, ela colocou na pauta de discussão a temática do social que o atual governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva retoma através dos programas sociais. Destacamos que os programas desenvolvidos pela primeira dama deram origem aos benefícios do Bolsa Escola e Bolsa Alimentação que foram unificados a outros programas sociais, como o Programa do Bolsa Família- PBF.

Na realidade, ao extinguir a Legião Brasileira de Assistência, Ruth Cardoso desejava combater as práticas assistencialistas que apenas alimentava, no seu entender, a dependência face ao Estado. *“Combater a pobreza não é transformar pessoas e comunidades em beneficiários passivos de programas sociais. Combater a pobreza é fortalecer capacidades e potencializar recursos.”*²⁷

Não podemos deixar de assinalar que o PCS imprimiu uma marca de inovação e introduziu as parcerias público-privadas como mecanismos de desenvolvimento das políticas sociais. A participação da sociedade civil foi a prioridade desse programa, sendo dado grande enfoque às chamadas organizações da sociedade civil (OSCIPS) e ao voluntariado civil cujos marcos regulatórios foram estabelecidos neste período (Lei das OSCIPS e do Voluntariado).

D.Ruth Cardoso não gostava do título de primeira-dama, talvez por ter sido uma militante engajada e possuir um pensamento crítico. Nunca deixou de ser antropóloga ou se furtou em conciliar o seu conhecimento acadêmico com a realidade em viveu.

A primeira-dama foi respeitada pela sua formação e independência intelectual. Discreta no cargo que ocupava, estava ciente dos papéis que lhe foram reservados: mulher, esposa, mãe, avó, professora, interlocutora e primeira-dama. Sabia que estes eram secundários, no entanto teve grande influência no governo

²⁷ Disponível em: www.comunitas.org.br. Acesso 01 julho 2009.

do seu marido atuando nos “bastidores” e sendo uma das suas principais conselheiras.²⁸

Podemos sinalizar que ela pode ser considerada o modelo e a representatividade das primeiras-damas atuais que estão à frente de secretarias ou projetos.

Gostaríamos de finalizar este capítulo apontando que, apesar de D. Ruth Cardoso ter sido uma intelectual que pensou, elaborou e fez projeções de programas sociais, ela não conseguiu, com o PCS, superar o assistencialismo, pelo contrário, este Programa reafirmou a face perversa de uma cultura política brasileira que reeditou o clientelismo, o assistencialismo, as políticas sociais de caráter residual, focalizado, sem a concepção dos direitos sociais.

No próximo capítulo, abordaremos a cultura política brasileira enraizada em nossa sociedade e que permeia as relações sociais, diante do processo de superação das práticas clientelista em direção à efetivação e consolidação da LOAS, em uma dimensão universal, igualitária e pública, colocadas enquanto desafios para a prática do primeiro damismo.

²⁸ Para título de informação: “Logo no início do governo, ela deixou escapar que fazia restrições à presença do PFL na aliança que elegeu o tucano em 1994 e demonstrou mais simpatia ao PFL de Gustavo Krauss e Renhold Stephanes. Os dois foram pinçados pelo então presidente para o ministério. Mais tarde, a preferência de Ruth Cardoso pelo nome de José Serra como candidato à sucessão em 2002 foi decisiva para que ele fosse o nome tucano da disputa presidencial.” Disponível em: <http://colunas.g1.com.br/cristianalobo/2008> Acesso: 26 janeiro 2009.